

PREFEITURA DE OURO PRETO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR *Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º*

Estudo Técnico Preliminar (ETP) que visa analisar viabilidade de financiamento remuneratório não reembolsável de projetos fomento à atividades que integrem a proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, através de recursos do Fundo Municipal de Defesa Ambiental – FAMB, a serem executados no município de Ouro Preto e desenvolvidos por proponentes que tenham sede (Pessoa Jurídica) ou domicílio (Pessoa Física) no município de Ouro Preto.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

Área solicitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Equipe de Planejamento da Contratação:

Francisco de Assis Gonzaga da Silva- Secretário

Nádia Nunes Lage- Diretora

Simone Fernandes Machado- Agente Administrativo

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, I

2.1. Descrição da necessidade da contratação

A necessidade da contratação é viabilizar o financiamento remuneratório não reembolsável de microprojetos de fomento a atividades que integrem a proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, através de recursos do Fundo Municipal de Defesa Ambiental – FAMB, conforme previsto no Artigo nº 225 da CF.

Deverão ser contemplados projetos de proteção, defesa e bem estar animal de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente propostos por pessoas físicas e/ou jurídicas que atendam, pelo menos, uma das áreas abaixo descritas:

- a) Promoção de programas de educação ambiental específicos para a proteção e bem estar animal no Município;
- b) Promoção da saúde dos animais domiciliados, errantes e silvestres no Município;
- c) Orientação e supervisão de outros órgãos a respeito da proteção e bem estar animal;
- d) Divulgação para a comunidade de ações e programas de proteção e bem estar animal;

2.2. Necessidade

PREFEITURA DE OURO PRETO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem entre suas ações o fomento a projetos de proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto.

O Fundo Municipal de Defesa Ambiental – FAMB, criado pela Lei Municipal nº 07/2005, prevê o fomento, por editais públicos de seleção de iniciativas de pessoas físicas ou jurídicas.

O FAMB faz parte dos instrumentos de institucionalização de políticas públicas de meio ambiente em Ouro Preto por meio de fomento material; mecanismos participativos para seleção de ações; e promoção de atividades de práticas sustentáveis ambientais no município de Ouro Preto.

2.3. Serviço ou fornecimento contínuo?

Não se aplica. Visto que o objeto (projetos contemplados) sofrem modificações periódicas anuais.

2.4. Por quanto tempo a solução deverá ficar disponível à Administração ?

Os projetos contemplados deverão ficar à disposição da Administração por 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser estendido, em caráter especial, por mais 60 (sessenta) dias, mediante aprovação do Comitê Gestor.

Item	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Assinatura do contrato e disponibilização do recurso em conta	x											
Execução do Projeto		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Prestação de Contas												x

3. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II

3.1. Demonstração da previsão da contratação

A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico 2021/2024 da gestão, previsto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto, com observância da legislação relacionada ao tema, em especial a Lei Municipal nº07/2005, para fomento a atividades de proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto, previstos no Orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PREFEITURA DE OURO PRETO

02.33.02.18.541.0079.2133 – 3.3.60.39 – FR: 1.500 – Ficha: 1.681

02.33.02.18.541.00.79.2133.3.3.50.36.00 ficha 1271 fonte recursos: 1.500

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III

4.1. Os requisitos da contratação

Poderão apresentar projetos para pleitear recursos do FAMB:

1. Proponente Pessoa Jurídica que comprove sede ou domicílio há mais de 01 (um) anos no Município de Ouro Preto, contados do último dia do período de inscrição neste Edital.
2. Proponente Pessoa Física maior de 18 (dezoito) anos no momento da inscrição neste Edital, que comprove domicílio há mais de 01 (um) no Município de Ouro Preto, contados do último dia do período de inscrição neste Edital.

4.2. *Requisitos necessários ao atendimento da necessidade e padrões mínimos de qualidade*

Critérios Técnicos - Serão atribuídos 40 (quarenta) pontos, distribuídos da seguinte forma:

CRITÉRIOS TÉCNICOS:

Na avaliação destes critérios, serão atribuídos 40 (quarenta) pontos, distribuídos da seguinte forma:

I. Exemplaridade da ação: Entende-se como exemplar uma ação que possa ser reconhecida e tomada como referencial em sua área socioambiental, por seu conceito e conteúdo, por seu conjunto de atributos técnicos e pela possibilidade de preencher alguma lacuna ou suprir alguma carência constatada.

II. Potencial de realização da equipe envolvida no projeto: Entende-se como potencial de realização da equipe a capacidade, da entidade e dos demais profissionais envolvidos, de realizar com êxito o projeto proposto, comprovada por intermédio dos currículos, documentos, materiais apresentados e da qualidade do planejamento da proposta.

III. Adequação da proposta orçamentária: Entende-se como adequada uma proposta orçamentária que especifique todos os itens de despesa de forma detalhada, sua função e a forma como serão executadas no projeto, e que apresente coerência entre as atividades e o orçamento proposto. Serão avaliados ainda o detalhamento específico de preços e

PREFEITURA DE OURO PRETO

pagamentos de serviços ou de profissionais com valores unitários e quantitativos compatíveis com aqueles praticados no mercado.

IV. Viabilidade de Execução: Entende-se como viabilidade de execução um projeto ou atividade que seja exequível de acordo com a planilha orçamentária apresentada.

CRITÉRIOS DE FOMENTO –

I) Descentralização: Entende-se como descentralizado um projeto cujas atividades e/ou público alvo favoreçam os distritos de Ouro Preto, sendo articulado com a comunidade, instituições e os atores locais, e, promovendo uma efervescência socioambiental, o reconhecimento e o fortalecimento da conscientização acerca da proteção, defesa e bem estar animal de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.

II) Universalização do Acesso do Projeto ou Atividade ao Público: Entende-se como acessível um projeto ou atividade que favoreça a fruição de hábitos sustentáveis por meio de estratégias objetivas e eficazes de facilitação do acesso aos benefícios ambientais por ele gerados, beneficiando públicos de diversas naturezas nas diferentes localidades.

III) Fortalecimento da conscientização, produção de técnicas, métodos e atividades de proteção, defesa e bem estar animal: Entende-se por fortalecimento da conscientização, produção de técnicas, métodos e atividades, a capacidade do projeto ou atividade de gerar impacto no desenvolvimento de ações que promovam a proteção, defesa e bem estar animal do município, no seu universo de abrangência, proporcionando benefícios concretos e diretos no município.

IV) Incentivo à formação, à capacitação e à difusão de informações: Entende-se por incentivadora da formação, da capacitação e da difusão de informações de preservação ambiental de cunho educativo que favoreça o desenvolvimento humano para práticas conscientes e/ou contribuam para a profissionalização das entidades de proteção, defesa e bem estar animal existentes no Município de Ouro Preto.

PREFEITURA DE OURO PRETO

Todos projetos contemplados devem ter sua execução e/ou circulação no território pertencente ao município de Ouro Preto. O prazo máximo de execução é até o final do exercício orçamentário corrente, contados a partir da assinatura do contrato.

5. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV

5.1. *Estimativas das quantidades ;*

O edital de fomento fomento à atividades que integrem a proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto, conforme deliberado pelo CODEMA, tem o caráter de beneficiar microprojetos, assim como, o objetivo de beneficiar um maior número de contemplados, por esse motivo, as propostas estão limitadas ao valor máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais) sendo o valor máximo permitido para cada projeto de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Salienta-se que as propostas apresentadas devem conter planilha de custos que demonstrem a razoabilidade nos custos apresentados.

Logo, as quantidades estão condicionadas ao quantitativo de projetos inscritos e aprovados, sendo vinte e cinco mil o valor máximo aceito para cada projeto até contemplar o total de cem mil reais.

5.2. *Potenciais de economia de escala (Lei 14.133, art. 18, VII);*

O repasse de recursos para projetos fomento à atividades que integrem a proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto, cujos proponentes são pessoas físicas e jurídicas representa uma economia para o município, uma vez que a elaboração desses projetos resulta na economia de contratação de equipes, por exemplo, prevenção à doenças de zoonoses, controle de animais errantes, melhoria nas condições do bem estar animal e redução de gastos de estruturas como construções de canil, considera-se ainda o efeito multiplicador de ações de educação e preservação ambiental a um custo irrisório para o município. Por exemplo, a média salarial para Médico Veterinário no Brasil é de R\$ 3.212,00, logo, apenas a contratação de um profissional, por doze meses, ultrapassaria R\$ 38.544,00. Por outro lado, conforme estudo de mercado, uma consultoria com profissionais diversos, por 12 meses, para a execução do mesmo serviço, está estimada em R\$25.000,00, fora os gastos com insumos, EPIs e instalações, representando, portanto, numa economia para o município sem comprometer a qualidade técnica do serviço prestado,

PREFEITURA DE OURO PRETO

representando, portanto, numa economia para o município sem comprometer a qualidade técnica do serviço prestado.

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, V

6.1. Levantamento de mercado.

O levantamento de mercado apontou as seguintes possibilidades para execução do serviço

<i>Soluções</i>	<i>Vantagens (pontos fortes)</i>	<i>Desvantagens (riscos, limitações, problemas)</i>
<i>Solução 1: Utilização de mão de obra interna da PMOP</i>	<i>Economia na contratação de mão de obra</i>	<i>Necessidade de aquisição de equipamentos, treinamento de equipe e obtenção de licenças, dificuldade logística e de gestão do contrato</i>
<i>Solução 2: Pregão Eletrônico</i>	<i>Aumento de competitividade e maior número de propostas</i>	<i>Grande possibilidade do processo de licitação ser deserto, visto que empresas oriundas de localidades distantes terão maior dificuldade de locomoção, estadia e mobilização de equipe, resultando em um preço mais alto do que o praticado por empresas situadas na localidade.</i> <i>A empresa que ganhar pode não conseguir entregar o produto licitado no prazo adequado e com a qualidade técnica exigida.</i>
<i>Solução 3: Inexigibilidade</i>	<i>Possibilidade de obtenção de serviços com maior economia, visto que os custos de mobilização e estadia de equipe são reduzidos;</i> <i>Preços adequados à realidade local;</i> <i>Redução de custos uma vez que uma única equipe será responsável por todo estudo;</i> <i>Facilidade de gestão e fiscalização do contrato.</i>	<i>Menor competitividade entre empresas.</i>
<i>Solução 4: Dispensa de licitação em lotes</i>	<i>Possibilidade de obtenção de serviços com maior economia, visto que os custos de mobilização e estadia de equipe são reduzidos;</i>	<i>Dificuldade de gestão e fiscalização dos contratos;</i> <i>A possibilidade do fracionamento dos itens pode aumentar o valor total</i>

PREFEITURA DE OURO PRETO

	<p><i>Preços adequados à realidade local.</i></p>	<p><i>das contratações, uma vez que um número maior de profissionais e encargos serão atribuídos;</i></p> <p><i>A compilação dos estudos para a obtenção do relatório final fica descoberta pela licitação;</i></p> <p><i>Se um dos lotes for deserto, pode atrasar ou inviabilizar a conclusão dos estudos no prazo necessário.</i></p>
<i>Solução 5: Credenciamento</i>	<p><i>Bom relacionamento com entidades da sociedade civil, sejam elas empresas privadas ou organizações não governamentais (ONGs);</i></p> <p><i>Permite a participação de pessoas físicas</i></p>	<p><i>Possível dificuldade com prestação de contas e elaboração de projetos;</i></p>
<i>Solução 6: Diálogos Competitivos</i>	<p><i>Ao permitir um diálogo contínuo entre o órgão público e os licitantes, o Diálogo Competitivo ajuda a refinar os requisitos do contrato, garantindo que eles atendam melhor às necessidades reais do órgão público;</i></p> <p><i>Mantém princípios de transparência e competitividade;</i></p> <p><i>Pode ser adaptada para diferentes contextos e necessidades. Isso permite que o governo se adapte a situações em que as soluções não são claras desde o início;</i></p> <p><i>Ao permitir que as empresas compreendam melhor os requisitos do governo e ajustem suas propostas de acordo, o Diálogo Competitivo ajuda a reduzir riscos de litígios e problemas durante a execução do contrato.</i></p> <p><i>No Diálogo Competitivo, o processo envolve uma série de interações e discussões entre o órgão público e os licitantes.</i></p> <p><i>Isso porque ele permite que as partes envolvidas se comuniquem de forma mais direta e eficaz, esclarecendo dúvidas, compartilhando</i></p>	<p><i>trata-se de uma modalidade especialmente voltada para atender necessidades muito específicas da Administração Pública – tão específicas que acaba sendo necessário desenvolver uma solução única e exclusiva para resolvê-la.</i></p>

PREFEITURA DE OURO PRETO

<i>informações e discutindo as necessidades do projeto de maneira mais detalhada.</i>

Diante do exposto e após análise comparativa, indica-se a *Solução 5: Credenciamento* para o atendimento da necessidade em questão, demonstrando, com base em razões fáticas e a partir do levantamento de mercado, que ela é a que melhor atende ao interesse público mediante cumprimento dos requisitos da contratação e levando-se em conta aspectos técnicos e econômicos, competitividade e transparência, a ela relacionados.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI

As propostas estão limitadas ao valor máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais) sendo R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) o valor máximo a ser pleiteado por projeto, para cada proponente. As propostas apresentadas devem conter planilha de custos que demonstrem a razoabilidade nos custos apresentados.

O repasse do recurso deverá ser realizado antecipadamente, visto que os projetos são de interesse social e sem fins lucrativos e alguns participantes podem não ter recursos financeiros para executar a proposta sem o financiamento prévio.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

Pretende-se com a formação do credenciamento, obter um mecanismo ágil e seguro para realização de contratações que atendam o interesse público social e ambiental, sem comprometimento da execução orçamentária com custos módicos.

9. DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá atentar-se as seguintes condições:

- Não será apoiada proposta cujo proponente seja reprovado em prestação de contas anterior.
- É vedada a participação de servidores municipais (ocupantes de cargo efetivo ou em comissão) ou membros do Comitê Gestor.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- c) É vedado a realização de pagamentos efetuados por serviços realizados por cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, parentes com vínculo de afinidade com o proponente e em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum.
- d) Não poderão integrar o Conselho Gestor: pessoas ligadas aos projetos inscritos neste concurso, bem como seus cônjuges ou parentes até o terceiro grau.
- e) Estabelecer o Comitê Gestor por meio de portaria.

10. DO PARCELAMENTO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII

O objeto previsto nesse ETP permite parcelamento, visto que objetiva abranger o maior número de projetos possíveis, até o valor máximo de R\$ 100.000,00 reais, sendo permitido a cada projeto pleitear o recurso de até R\$ 25.000,00.

11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX

Item	Objetivo	Resultados pretendidos
a) Promoção de programas de educação ambiental específicos para a proteção e bem estar animal no Município;	Assegurar qualidade ambiental e sanitárias adequadas aos animais no município;	Redução de gastos públicos com medicamento e tratamento por doenças transmitidas por animais errantes
b) Promoção da saúde dos animais domiciliados, errantes e silvestres no Município;	Investimento em prevenção à doenças	Redução de gastos com medicamento e internação e redução de zoonoses
c) Orientação e supervisão de outros órgãos a respeito da proteção e bem estar animal;	Investimento em programas educativos	Orientação à órgãos públicos para atendimento adequado.
d) Divulgação para a comunidade de ações e programas de proteção e bem estar animal;	Promoção de programas educativos	Disseminação de praticas de ações sustentáveis.

12.DAS PROVIDÊNCIAS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, §

PREFEITURA DE OURO PRETO

- Caberá ao gestor do contrato, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e ao Comitê Gestor do FAMB, acompanhar a execução de cada uma das propostas aprovadas;
- Verificar se efetivamente houve a execução das propostas aprovadas conforme o plano de trabalho apresentado;
- Efetuar o pagamento conforme o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato a ser firmado com a contratada.
- Aprovar a prestação de contas do contratado, com o Comitê Gestor do FAMB.
- Indicar membros e publicar portaria indicando o Comitê Gestor.

13. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X

Existe contratações correlata ao recurso do FAMB, a saber, preservação ambiental, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, através de recursos do Fundo Municipal de Defesa Ambiental – FAMB.

14. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII

Há diversos impactos ambientais positivos relacionados com o financiamento de projetos de fomento à atividades que integrem a proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto. Dentre eles, destaca-se, o controle de zoonoses, de animais errantes, o bem estar animal e redução de maus tratos.

Nesse sentido, a inclusão da população local em projetos sustentáveis tem um papel muito importante, porque forma cidadãos mais participativos em assuntos relacionados às questões de responsabilidade socioambiental.

15. MATRIZ DE RISCO:

15.1 Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Não entrega dos itens nos prazos estabelecidos;
- b) Substituição do produtos em virtude de defeitos de fabricação;

15.2 Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a) Eventual atraso no pagamento em decorrência de necessidade de complementação ou substituição de documentação...
- b) Troca de produtos defeituosos;

16. DA CONCLUSÃO

Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII

O parecer final sobre a contratação de projetos com objetivo de fomento a atividades que integrem a proteção, defesa e bem estar animal do Município de Ouro Preto é que a opção que melhor atende a

PREFEITURA DE OURO PRETO

necessidade para melhoria das condições ambientais da causa animal no município, por possuir custos módicos, atendendo os interesses da Administração. Portanto, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente se manifesta favoravelmente às contratações.

Ouro Preto, 17 de fevereiro de 2024.

Simone Fernandes Machado
MATRÍCULA 13656, Agente Administrativo
Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental
RESPONSÁVEL TÉCNICO